

Golpe militar e educação:

a extinção das experiências educacionais história nova e ginásios vocacionais
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

Como citar: MENDONÇA, S. G. D. L. Golpe militar e educação: a extinção das experiências educacionais história nova e ginásios vocacionais. *In* : VIEIRA, R. D. L. (org.). **Ecos da ditadura na sociedade brasileira (1964-2014)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.41-58. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-573-5.p41-58>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GOLPE MILITAR E EDUCAÇÃO: A EXTINÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS HISTÓRIA NOVA E GINÁSIOS VOCACIONAIS

Sueli Guadalupe de Lima Mendonça

Um dos momentos mais ricos da história da educação brasileira foi o período que antecedeu ao golpe militar de 1964. O início dos anos 60 do século passado, em especial no governo de João Goulart, vivenciou experiências educacionais importantes que ainda requerem dos pesquisadores atenção e pesquisa como, por exemplo, Paulo Freire na educação de jovens e adultos, a História Nova, dirigida por Nelson Werneck Sodré e os Ginásios Vocacionais, implementados pela Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. Talvez em outro contexto histórico, essas experiências seriam mais um projeto em melhoria da educação básica. Porém no período do golpe militar transformaram-se em ameaças ao olhar míope dos ditadores de plantão. Nosso objetivo nesse artigo será apresentar as experiências educacionais História Nova e Ginásios Vocacionais no cenário histórico do golpe militar de 1964.

Partimos do pressuposto que educação nunca foi prioridade no Brasil pelo modelo de desenvolvimento político-econômico adotado desde os seus primórdios. A via colonial, modelo da economia brasileira, está presente até nos dias atuais também na esfera educacional, onde temos indicadores perversos, como o índice de 8,7% de analfabetismo da população brasileira (PNAD/2013), ou seja, 13, 7 milhões de brasileiros, que somados aos analfabetos funcionais, explicitam um dado inaceitável de 38,7% da população à margem do processo educativo de qualidade. Esses dados, aliados aos problemas estruturais do sistema educacional brasileiro (falta de qualidade do ensino, condições de trabalho dos professores e funcionários, financiamento, gestão democrática, etc.), confirmam esta tese. História Nova e Ginásios Vocacionais vivenciaram na essência esse contexto e incomodaram, de algum modo, esse modelo educacional.

A História Nova foi uma experiência com ensino de História na Rede Pública de Ensino — pensada e implementada por um grupo de historiadores, orientado por Nelson Werneck Sodré — bruscamente interrompida e destruída pelo Golpe Militar de 1964. Resgatar o seu significado histórico, sua contribuição para os problemas educacionais da época, é extremamente importante e necessário na luta em defesa da educação pública e requer um retorno ao passado recente do Brasil. Essa volta não se restringe somente ao conhecimento histórico do período. Abrange, também, uma dimensão maior contida nesse movimento de historiadores, nascido em 1963, sob a égide do último governo nacional-reformista no Brasil. Entender a História Nova, portanto, exige o conhecimento do Brasil pré-64, pois nele estão as bases e as conseqüências dessa experiência educacional pioneira no ensino de História no Brasil.

Os Ginásios Vocacionais foram experiências pedagógicas que buscavam ser um novo tipo de escola. Nascidas no próprio sistema educacional paulista, idealizados pelo então secretário da Educação do Estado de São Paulo Luciano Vasconcellos de Carvalho e pautados na experiência das *Classes Experimentais*, projeto coordenado pela Prof^a. Maria Nilde Mascellani, se desenvolveram no período de 1961 a 1969. Estavam diretamente ligados ao Serviço de Ensino Vocacional (S.E.V), órgão especializado, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário da Educação do Estado. Até 1968 instalaram-se seis unidades em todo estado: Barretos,

Batatais, Rio Claro, Americana, São Paulo e São Caetano do Sul. Foram extintos em 1970, tendo passado por contradições internas e externas marcantes nesse período.

O CONTEXTO POLÍTICO DO GOLPE MILITAR

O contexto político pré-64 influenciou sobremaneira as experiências educacionais da época, marcado direta ou indiretamente pelo debate político maior do Governo de João Goulart: *as reformas de base* (tributária, educacional, urbana, agrária, etc.), centro das reivindicações populares dos grupos nacional-progressistas e de esquerda (UNE, CGT, CNTI, PCB, Sindicatos, etc), ponto de tensão permanente com grupos conservadores nacionais, com apoio internacional, como dos Estados Unidos.

Goulart (set/1961 a mar/1964) assumiu, inicialmente, a presidência com um novo sistema de governo no país: o parlamentarismo (Emenda Parlamentar nº 4 de 21 de setembro de 1961), considerado por muitos pesquisadores como o *golpe branco* (TOLEDO, 1985, p. 18-19), forma que os grupos conservadores encontraram para controlar melhor o *perigoso agitador*, em quem não confiavam.

De acordo com Carone (1985), o primeiro Programa de Governo de Goulart, aprovado pelo Congresso Nacional, baseou-se nas reformas sociais e no desenvolvimento industrial: reforma agrária, reajuste salarial, regularização da remessa de lucros para o exterior, legislação antitruste, desenvolvimento industrial, reforma bancária, fiscal e monetária para melhorar os níveis educacionais e de analfabetismo. Esse Programa recebeu apoio dos grupos de esquerda e setores nacionalistas, pois estas medidas vinham ao encontro das reivindicações dos setores populares da sociedade brasileira. Mas, ao mesmo tempo, os grupos direitistas nacionais, associados ao capital estrangeiro, se opunham e desde então começaram a organizar uma ferrenha oposição ao Governo Federal.

O parlamentarismo fracassou (set/1961 a jan/1963) e o país mergulhou numa profunda crise econômica, agravando ainda mais a situação política. O frágil parlamentarismo não efetivou um acordo político mínimo entre Executivo e Legislativo, inviabilizando uma política efetiva do Governo no enfrentamento dos principais problemas do país. A volta ao

presidencialismo (Emenda Constitucional nº 6, de 23 de janeiro de 1963), por meio do plebiscito, não superou as dificuldades enfrentadas pelo Governo.

O Governo Goulart — com sua política reformista, porém sem concretizá-la — desagradou tanto setores conservadores, como trabalhadores e a esquerda de um modo geral. Essa ambigüidade política caracterizava a própria indefinição de Goulart frente à crise estrutural do país e suas repercussões no plano político-institucional.

A situação delicada do Governo gerou desconfiança dos setores antagônicos da sociedade brasileira. A burguesia conservadora, ligada ao capital internacional, não perdeu tempo em se aliar e receber ajuda da burguesia internacional para organizar uma ferrenha oposição ao Governo Federal. A tática de acusar o Governo — e quem o apoiasse — de comunista era a política utilizada por Carlos Lacerda e por instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), financiados por grupos direitistas (DREIFUSS, 1981, p. 281-282). Todos os órgãos de comunicação foram acionados nessa luta contra a “subversão”, a grande ameaça do país.

A esquerda e os grupos nacional-progressistas também não confiavam mais em Goulart, pois o agravamento da crise social brasileira exigia, com a maior urgência, a realização das reformas sociais de base propostas pelo Governo. As greves, os protestos, as mobilizações cobravam de Goulart aquilo que não podia dar: a ação. O avanço político e de organização dos trabalhadores urbanos e rurais contrastava com a fragilidade e o descontrole do Governo Federal que não conseguia apoio de nenhum setor da sociedade brasileira. Esses grupos, apesar de criticarem o Governo de Goulart, sabiam do perigo de romper com ele, pois seria o espaço propício para um golpe de direita. Por isso, decidiram tentar convencer Goulart a se posicionar clara e definitivamente ao lado do povo e dos setores progressistas. O único caminho era a efetivação das reformas de base, única maneira de barrar o golpe que se organizava. Tiveram sucesso e Goulart enfrentou a situação apelando aos decretos populares (BASBAUM, 1983, p. 39).

O novo redirecionamento do Governo, aliado à maior participação popular, motivou o rompimento da burguesia conservadora com o Gover-

no Federal de modo definitivo, além de acelerar a ação golpista existente. A “subversão” temida por esses setores avançava assustadoramente aos seus olhos. Grupos clandestinos de direita formaram-se nos principais estados, como a *Cruzada Brasileira Anticomunista* ou a *Ação Democrática Parlamentar*, organizados por militares. O aparato institucional (Forças Armadas, Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara), juntamente com os jornais *O Estado de São Paulo* (CARONE, 1985, p. 201), *O Globo*, *Diário de São Paulo*, mais o rádio e a televisão compunham os mecanismos dos segmentos de direita para o combate da “subversão” e do “comunismo”.

O imperialismo norte-americano auxiliou grupos direitistas financiando instituições como o IBAD e IPES e enviando armas e militares, operação marítima conhecida como *Brother Sam*. Essa ajuda foi imprescindível para o sucesso do golpe. Para finalizar, a ação e participação da classe média foram decisivas, pois esse setor estava extremamente insatisfeito com a desvalorização do seu salário e do seu status. O crescimento das greves e a radicalização dos movimentos contestatórios expressavam um perigo de “subversão” total da sociedade.

A burguesia só via o golpe como solução à “crise de autoridade orgânica e hegemonia política” (DREIFUSS, 1981, p. 143). O agravamento da crise política, com a Revolta dos Sargentos, e o violento discurso de Goulart, de fins de março de 1963, desencadearam a ação final dos golpistas, com a reação dos militares. O Governo foi impotente para abafar o movimento.

A falta de controle da situação, o desânimo das forças governamentais e a total desarticulação das massas impediram qualquer resistência. Goulart ainda foi até Brasília, porém o Congresso Nacional apoiou o golpe, declarando a vacância do cargo de Presidente da República. O golpe militar foi vitorioso.

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DO GOVERNO GOULART

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Governo Goulart caracterizou-se pela ausência de uma política clara de intervenção nos problemas cruciais da educação. A instabilidade política do Governo Fe-

deral como um todo, afetou o MEC, que durante o Governo Goulart teve seis ministros.

A mudança constante de ministro (a permanência variou de 2 a 10 meses) inviabilizou um trabalho mais consistente e com continuidade na pasta. Apesar disso, o MEC incorporou campanhas importantes na história da educação brasileira. Na medida em que as soluções governamentais não aconteciam frente às principais demandas sociais, iniciativas populares foram se desenvolvendo. Por exemplo: o *Programa de Nacional de Alfabetização*, que representou a institucionalização das experiências desenvolvidas, principalmente no Nordeste, *De pé no chão também se aprende a ler*; *MEB* (Movimento de Educação de Base), onde as iniciativas da Igreja e de grupos progressistas visavam suprir a ausência do Estado. Esses movimentos anteciparam-se ao Estado na busca de respostas substantivas aos principais problemas da educação brasileira.

Na curta gestão do ministro Paulo de Tarso Santos (18/06 a 21/10/1963) nasceu a História Nova. Esse período apresentou momentos de grande agitação política. A influência dos estudantes no MEC era significativa. Logo que assumiu, o ministro preocupou-se em elaborar um projeto que chegou a ganhar corpo (informação verbal)¹, com a colaboração do professor Lauro de Oliveira Lima, encarregado da Divisão do Ensino. Uma das principais metas foi a alfabetização de adultos, juntamente com a intensificação dos ginásios vocacionais. Começou-se, ao mesmo tempo, a “[...] elaborar os estatutos de uma universidade do trabalho, que chegou a ser cogitada para ser construída no ABC.”²

O clima efervescente da época estava presente no MEC e no seu ministro. Na IIIª Reunião Interamericana de Ministros da Educação, realizada em Bogotá, entre 04 e 10 de agosto de 1963, Paulo de Tarso, falando de improviso, colocou a situação revolucionária que vivia o país e a necessidade de transformações profundas. Afirmou a decisão do Governo em estar ao lado do povo, ao lado das reformas sociais “[...] os que lutam no Brasil pelas reformas sociais não lutam contra o governo, lutam com o governo, porque o governo assumiu o comando das reformas [...]” (SANTOS, 1963, p. 5).

¹ Entrevista de Paulo de Tarso Santos, realizada em 07/11/1989.

² Ibid.

A posição do ministro da Educação não se diferenciava da do Executivo Federal, pelo contrário, o compromisso do Governo em assumir o *comando* das reformas sociais era reiterado em toda oportunidade, como também, sua opção de estar e trabalhar ao lado do povo, enfrentando os interesses dos grupos dominantes detentores de privilégios que contrariavam o interesse da nação (SANTOS, 1963, p. 8-9).

Nessa perspectiva que a política educacional defendida por Paulo de Tarso foi pensada. O problema educacional não deve ser tratado isoladamente da realidade social e política do país. A vinculação da educação com a idéia de desenvolvimento nacional fez parte do contexto maior do momento, onde essa era a proposição central da vida política do país.

No Brasil, a estrutura nacional exige uma profunda mudança para que o desenvolvimento não seja uma ficção. Por isso, insiste o Governo brasileiro em que qualquer plano seria impraticável se não fosse acompanhado e, em certos pontos precedidos, das reformas de base. É toda a infra-estrutura do país que está a pedir reformulação. Qualquer ação divorciada desse objetivo será simples medida paliativa. Aí a razão pela qual o plano nacional de educação ser parte integrante de nosso plano trienal de desenvolvimento. (SANTOS, 1963, p. 11).

Assim, a educação era vista como um dos fatores do desenvolvimento nacional, cabendo a ela uma responsabilidade social destacada, ou seja, “[...] formar quadros para as obras decorrentes de reformas estruturais que acompanham e são exigidas pelos processos de desenvolvimento.” (SANTOS, 1963, p. 11).

Havia consonância política entre o MEC e a Presidência da República. O problema estava, porém, na viabilização das reformas de base. A certeza de Paulo de Tarso em relação à necessidade das mudanças estruturais, para o desenvolvimento do país, levou-o a pedir demissão do Ministério, já que essas reformas não aconteciam. Seu grupo político – *Frente Parlamentar Nacionalista* e depois *Frente de Mobilização Popular* – passou a criticar o Governo Goulart pela lentidão em implementar as reformas. Assim, Paulo de Tarso demitiu-se por não concordar em criticar o Governo e ao mesmo tempo pertencer a esse, apesar de contar com o apoio pessoal do Presidente Goulart.

Esse quadro político propiciou o aparecimento da História Nova, oriunda do convênio entre MEC/ISEB, parceria estabelecida entre Roberto Pontual, diretor da CASES (Campanha de Assistência ao Estudante), e Werneck Sodré, diretor do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Apesar de não ter uma participação direta do ministro nesse convênio e também de não ter feito a leitura dos volumes da obra, ele assumiu a História Nova por estar perfeitamente no espírito da equipe dirigente do MEC. O projeto foi levado à frente, pois o clima de mudança e a influência jovem dos estudantes dominavam o Ministério, favorecendo experiências dessa natureza.

A reação à História Nova foi quase instantânea. Paulo de Tarso foi indiciado em vários IPM (inquéritos policial-militares), onde foi questionado sobre a História Nova, sem poder respondê-los, pelo simples motivo de não ter lido nenhum dos volumes.

O MEC refletia a fragilidade política do Governo Federal como um todo. Embora ambos discursassem a favor das mudanças estruturais, a sua ação era muito tímida no enfrentamento dos problemas. Por um lado, as modestas medidas estimularam ainda mais a cobrança por parte dos movimentos populares. Por outro lado, assustaram, também, os grupos conservadores, desencadeando uma reação que culminou no Golpe de 64.

ISEB E HISTÓRIA NOVA: INCÔMODOS À DIREITA

A História Nova nasceu dentro do ISEB. Talvez, em outro contexto histórico, ambos poderiam ter passado sem maior alarde, diferentemente do que aconteceu. Porém a conjuntura política da época determinou um espaço destacado para os dois, tornando-os alvos privilegiados da campanha desencadeada por grupos conservadores no combate à “subversão”.

A campanha anticomunista intensificou-se nos últimos meses do Governo Goulart, exatamente no período do início do trabalho da História Nova (1963/64). Os jornais, rádio e televisão foram acionados para colocar em evidência o perigo representado pelos “subversivos”. Nesse emaranhado, o ISEB e a História Nova foram identificados como centro de atuação de comunistas. Como a luta política, nesse momento, acirrava-se cada vez

mais, as atividades desenvolvidas por eles também incomodavam cada vez mais os setores conservadores.

O ISEB mantinha uma posição política muito clara em relação aos problemas do país. Desde a sua fundação — 1956, no Governo de Café Filho — apresentava um grupo heterogêneo de intelectuais. No decorrer do seu trabalho, a disputa interna do grupo ia se definindo. Havia basicamente duas posições “[...] de um lado, ficaram os partidários do desenvolvimento associado ao imperialismo e deste dependente; de outro lado, os partidários do desenvolvimento em bases nacionalistas.” (SODRÉ, 1986, p. 121).

A publicação do livro de Hélio Jaguaribe *Nacionalismo na atualidade Brasileira* — que apresentava a defesa do desenvolvimento do país com a participação do capital estrangeiro — desencadeou o ápice dessa divisão do ISEB, que teve seu fim com a saída de Hélio Jaguaribe, Roberto Campos, Anísio Teixeira e Hélio Cabral da instituição. Esse episódio abriu uma nova fase para o ISEB, onde a hegemonia política do grupo nacionalista se consolidava ao mesmo tempo em que novos e mais fortes enfrentamentos com a direita se delineavam.

A repressão ao ISEB começava desde notícias tendenciosas nos jornais até corte total de verbas, como em 1961, quando, simplesmente, a instituição foi retirada do orçamento do MEC, o que prejudicou sensivelmente o desenvolvimento de suas atividades, porém redobrou o ânimo dos isebianos.

O grupo História Nova organizou-se através de cursos do ISEB. Sodré diante do acúmulo de atividades — ministrava o curso *Formação Histórica do Brasil* — necessitou de auxiliares. Pedro Celso Uchôa Cavalcanti Neto foi o primeiro auxiliar do Departamento de História do ISEB. Fazia o curso regular de Sodré e, no final do curso, ele o convidou para trabalhar no ISEB, em 1962. No ano seguinte, em um curso sobre marxismo, organizado pelo novo auxiliar de Sodré, participaram vários estudantes, onde alguns se integraram ao grupo da História Nova: Pedro de Alcântara Figueira, já formado; Maurício Martins de Mello; Rubem César Fernandes e Joel Rufino dos Santos, todos vindos do curso de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

As atividades do Departamento de História do ISEB não se restringiam às aulas nos cursos no ISEB. Conferências e cursos em sindicatos e entidades estudantis realizaram-se nesse período. A História Nova surgiu nesse ínterim. Roberto Pontual — diretor da CASES, órgão do MEC, e estagiário do ISEB — introduzia algumas inovações na sua área de trabalho, entre elas a ideia da publicação das monografias do curso do Sodré, para auxiliar o professor de História, pois a situação do ensino de História era preocupante e afora a péssima qualidade dos compêndios didáticos da época. Dessa preocupação nasceu o convênio entre a CASES/MEC e o Departamento de História do ISEB que tinha como objetivo a produção de monografias alternativas aos compêndios de ensino de História da época. O trabalho era remunerado e as monografias distribuídas pelo MEC, gratuitamente, aos professores de História da Rede Pública de Ensino.

Em março de 1964, cinco monografias já tinham sido publicadas pelo MEC e outras estavam em preparo. O convênio firmado despertou a ira dos grupos conservadores. A ofensiva contra a “subversão” encontrava-se no auge de sua fúria. Editoriais dos principais jornais do país destacavam a atuação dos comunistas dentro do Governo, em especial a História Nova, como no editorial do jornal *O Estado de São Paulo*.

[...] Então, apesar de todas as evidências do contrário, ainda se obstina uma minoria em pensar que a sociedade brasileira está se tornando marxista? Eis aí porque é, entre outras mil razões, que o livro didático está caro, o cruzeiro está se aproximando do zero absoluto. O Governo gasta o nosso rico dinheiro, ou nosso pobre dinheiro, em coisas como esta (História Nova) que tenho diante de mim. E note bem leitor que a coisa a que me refiro não é inútil. Não. É nociva. Não creio que chegue a plasmar uma nova alma brasileira como pretendem os seus autores, nenhum dos quais conheço com o nome de historiador; mas pode fazer mal a muito moço despreparado, a muito rapaz ressentido, a muita moça feia e sem namorado. (MENDONÇA, 1990, p. 44).

Os pareceres desfavoráveis da Comissão Nacional do Livro Didático, do Estado Maior do Exército e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, juntamente com os editoriais de jornais, como o anteriormente citado, tornaram a História Nova e o próprio ISEB alvos privilegiados da oposição conservadora ao Governo Goulart, pois eram identificados como a expressão mais cabal do perigo ideológico de um Governo de esquerda. A

perseguição desenfreada ao ISEB e a História Nova deu-lhes uma dimensão muito maior do que sua concretude real.

Com o golpe militar de 64, o ISEB foi invadido e depredado; o Departamento de História destruído e o que sobrou carregado, inclusive textos da História Nova. O Presidente da transitoriedade, Ranieri Mazzilli, teve como um dos seus primeiros atos a extinção do ISEB. O novo ministro da Educação, Luis Antônio Gama e Silva, apreendeu e proibiu a História Nova. Nelson Werneck Sodré, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcântara Figueira e Joel Rufino foram perseguidos e interrogados pela polícia militar. Pedro Uchôa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes se exilaram no Chile. Inquéritos policial-militares foram abertos contra o ISEB e a História Nova, sendo que o ISEB “[...] atingiu dimensões gigantescas: trinta volumes de mil páginas cada um.” (SODRÉ, 1986, p. 46).

A Editora Brasiliense, em 1966, reeditou dois volumes da História Nova, disputadíssimos nas livrarias. Circularam dois meses e foram apreendidos novamente.

A ditadura militar instaurada a partir de abril de 1964 finalizou, precocemente, uma experiência fecunda com o ensino de História. Acabou, também, com o ISEB. Cassou e perseguiu muitos daqueles que buscavam uma solução para os problemas do país. Os IPMs jorravam como água na fonte e o Brasil mergulhou num silêncio, sendo sufocadas as vozes das reformas sociais. A História Nova não estava sozinha no cenário educacional, em São Paulo os Ginásios Vocacionais também foram se tornando incômodos à direita.

GINÁSIOS VOCACIONAIS: UMA NOVA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Como dito, anteriormente, a década de 1960 representou a concretização de muitas e importantes experiências educacionais. A discussão da necessidade de um projeto nacional-desenvolmentista para o país mobilizou não só setores populares e de esquerda, mas um setor da burguesia que atuava em instâncias de governo ligadas a educação. Desse clima favorável às inovações, originaram-se várias iniciativas de órgãos governamentais, que tiveram condições de implementar propostas institucionais que

vieram a incomodar os setores conservadores da sociedade. Saviani (2007) destaca a forte influência da pedagogia renovadora nesse momento.

De modo geral, pode-se considerar que a década de 1960 foi uma época de intensa experimentação educativa, deixando clara a predominância da concepção pedagógica renovadora. Além das escolas experimentais, que tiveram grande impulso, os colégios de aplicação consolidaram-se nesse período. Conforme Miriam Warde (1995, pp. 111-142), o Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo foi instalado e organizado entre 1957 e 1961; consolidou-se como instituição pedagógica renovadora nos anos de 1962 a 1966; e entrou em crise a partir de 1967, sendo extinto em 1969.

Ainda nessa mesma década, no estado de São Paulo, foram instalados, entraram em crise e se extinguíram os GEPs e os Ginásios Vocacionais. Sobre estes, informa Maria Luisa Santos Ribeiro: em março de 1962 foram instalados o Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha (São Paulo), o G. V. João XXIII (Americana) e o G. V. Candido Portinari (Batatais). Em março de 1963 foi a vez do G. V. Chanceler Raul Fernandes (Rio Claro) e do G. V. Embaixador Macedo Soares (Barretos). Em março de 1968 o Oswaldo Aranha expandiu-se criando o curso noturno ginasial e o Colégio Vocacional. E em maio do mesmo ano foi instalado o G. V. de São Caetano do Sul (RIBEIRO, 1995, p. 145). A mesma autora registra sobre o Colégio Vocacional Oswaldo Aranha: ‘esta experiência foi planejada em 1968, colocada em prática no ano seguinte e descaracterizada a partir de 1970’ (idem, p. 144). (SAVIANI, 2007, p. 333).

Os Ginásios Vocacionais são expressão do rico momento de experimentação que a educação brasileira passou na década de 1960. Inspirados pela Pedagogia Nova e pela experiência das Classes Experimentais, implementadas pela Secretaria Estadual de Educação — em fins dos anos 50, no Instituto de Educação de Jundiaí, no Instituto de Educação “Culto a Ciência”, em Campinas, no Instituto de Educação “Narciso Pieroni”, em Socorro, e no Instituto de Educação “Alberto Conte” e “Macedo Soares”, ambos em São Paulo —, nasceram de uma mudança na legislação do ensino industrial da época, impulsionada pelo Secretário de Educação Luciano Vasconcellos de Carvalho, que buscou um novo modelo de escola que atendesse às reivindicações da sociedade da época.

Segundo Ferreira (2007), a criação do Serviço do Ensino Vocacional (SEV), por meio do artigo 25 da Lei Estadual nº 6052 de 03 de

Fevereiro de 1961, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 38.643, art. 302, de 27 de Junho de 1961, deu as condições para a organização dos Ginásios Vocacionais. Sob a coordenação da Prof.^a Maria Nilde Mascellani, o SEV constituiu-se como um órgão especializado, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário da Educação do Estado, composto de coordenação, equipe de assessores administrativo e pedagógico, equipe de pesquisa, socióloga e psicopedagoga, setor de estágios (capacitação pedagógica), setor de despesas, setor de prédios e equipamentos, setor de pessoal, de relações públicas, de audiovisual, documentação e uma biblioteca. Era ainda de responsabilidade do SEV fazer uma pesquisa de comunidade, que deveria obter dados sobre a localidade que auxiliaria na composição do currículo da unidade onde seriam instalados os Ginásios Vocacionais.

A grande inovação dos Ginásios Vocacionais concentrou-se no estudo do meio e no trabalho em grupo, pilares dessa experiência pedagógica. Essas diretrizes favoreceram um trabalho interdisciplinar, com temas discutidos em nível da comunidade local, do estado de São Paulo, do Brasil e do mundo, a partir dos Estudos Sociais, levando os alunos a vivenciarem situações concretas, organizadas pelos professores. Outro elemento forte foi o trabalho com a comunidade, especialmente com os pais, que tinham uma forte participação na vida da instituição, co a organização da Associação de Pais e Mestres. Havia também as instituições didático-pedagógicas Cantina, Banco Escolar, Cooperativa, Escritório Contábil e Acampamento (FERREIRA, 2007, p. 76), que se tornavam unidade de trabalho em grupo onde o aluno tinha a parte prática, muitas vezes levando este aluno a agir em situações locais da comunidade, como visitar e desempenhar ações práticas em fazendas, escritórios contábeis e ter cooperativa e um banco no próprio Ginásio Vocacional (CHIOZZINI, 2003, p. 92).

O professor Newton Balzan, que atuou no Ginásio Vocacional de Americana, ilustra como foi feito o planejamento e a integração das disciplinas, como pontos que mais lhe chamaram a atenção durante o estágio preparatório que fez em Socorro, juntamente com a primeira turma de professores do Vocacional:

Integração das disciplinas, esse foi o ponto fundamental, a interdisciplinaridade. Em Socorro eu tive que trabalhar com o tema “Cruzadas”. Comecei [o tema] e aí entrou Artes Plásticas, Português, Educação Fí-

sica, Matemática, tudo em torno de “Cruzadas”, um tema histórico. Então essa experiência de integração das disciplinas foi o mais marcante. Mais marcante que isso foi alguns meses depois, com o início do Vocacional, em Fevereiro de 62, quando as escolas iam começar a funcionar e nós fizemos um mês de planejamento em São Paulo, estudando. Em Americana, estudamos desde quantas horas as crianças de 10/11 anos de idade dormiam por noite, o que elas liam, como eram organizadas as famílias em Americana, [até] o índice de politização. Foi planejamento, de fato, da relação escola-comunidade. Esse planejamento foi marcante porque foi quando gente traçou os objetivos para aquele Ginásio ao longo de 4 anos, ou seja, nada começou assim por começar. Foi tudo planejado. (CHIOZZINI, 2003, p. 60).

Nem só avanços marcaram os Ginásios Vocacionais. O contexto político pré-golpe impactou o cotidiano da instituição, como se observa no depoimento do Prof. Balzan.

Após o curso de treinamento, o Vocacional começou em 62, com um corpo docente. Em 63, continuou esse mesmo corpo docente. Acontece que esse grupo de Americana do jogo de vôlei não era mais o grupo que entrou com o treinamento. Porque, no final de 63, a Maria Nilde despediu, nós éramos 24 (vinte e quatro) professores, e ela despediu 18(dezoito). Isso porque nós fizemos greve. Foi uma greve em 63. [...] Naquela ocasião havia 80 mil professores [na rede estadual] e os 80 mil fizeram greve.

- Qual o motivo, questão salarial?

Principalmente questão salarial. E o Secretário da Educação era um sujeito de moral péssima, chamado Padre Baleeiro. Era criticado por todo mundo, objeto de riso. E os Vocacionais não fizeram greve, só o de Americana. Nós achamos um absurdo todo mundo em greve e o Vocacional, que tinha um papel de liderança, ficar de fora. Então nós fizemos greve também e fomos punidos com demissão no final do ano. Um ou dois queriam sair, o resto foram todos demitidos mesmo. Demitidos pela visão política e porque fizeram greve. [...]. (CHIOZZINI, 2003, p. 86, grifos do autor).

Outro momento de constatação da influência do golpe militar diz respeito a participação da comunidade em atos marcantes daquele período, ainda no depoimento do Prof. Balzan.

Os momentos de tensão e contradição surgiram nos casos em que a família e a comunidade deram a tônica da ação da escola, não permitindo que a mesma determinasse os referenciais da comunidade. Esta situ-

ação foi vivida em seu limite no episódio que resultou na participação na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O episódio traduz uma contradição em um projeto que visava formar para a cidadania, contradição esta que resulta justamente da ênfase posta na família e na comunidade. Porém, esta contradição não invalida, de modo algum, a riqueza, a qualidade e as características inovadoras do projeto como um todo. A força mobilizadora da escola era ampla, mas o projeto iluminista de fazer da escola um centro irradiador de transformações sociais, que caracterizou propostas educacionais, culturais e políticas dos anos 60, muitas vezes esbarrava em questões maiores, conjunturais. Mesmo assim, essas dificuldades não impediam que a escola contribuísse para que a sociedade fizesse escolhas mais lúcidas e conseqüentes, fruto de uma conscientização maior. (CHIOZZINI, 2003, p. 81-82).

A trajetória dos Ginásios Vocacionais teve seu fim oficial por meio do Decreto Estadual nº 52.460, de 05 de junho de 1970. Porém as investidas sobre eles se delinearão ao longo do desdobramento do golpe militar de 1964. Maria Nilde Mascellani, coordenadora dos Ginásios Vocacionais, relata como o golpe militar extinguiu esta experiência educacional.

O processo de repressão às liberdades democráticas culminou no Ensino Vocacional com a prisão de orientadores, professores e alunos, com a invasão policial militar em ação conjugada para todos os Ginásios Vocacionais no dia 12 de dezembro de 1969. Vários professores e funcionários ficaram detidos por mais tempo na sede da Operação Bandeirantes, OBAN, conhecido órgão de repressão e tortura. Quanto a mim e à professora Áurea Sigríst, ex-diretora do Vocacional de Americana, fomos detidas algumas vezes, por curtos períodos, nas dependências do II Exército, do DEOPS, da Polícia Federal e da Aeronáutica. Daí a algum tempo, em janeiro de 1970, éramos aposentadas de nossos cargos efetivos por concurso, com base no AI-5. Iniciou-se desta forma uma verdadeira “caça às bruxas”, com devassa nos Ginásios, na sede do SEV, nas casas dos professores, técnicos e pais de alunos. Alguns pais de Barretos foram detidos juntamente com professores e levados no camburão com destino ao quartel do Exército em Campinas. No seu conjunto, o quadro parecia uma peça do “Teatro do Absurdo”. A experiência pedagógica bem sucedida, reconhecida até mesmo pelo Conselho Estadual de Educação e no meio universitário e secundário, se transformara repentinamente numa pedagogia perigosa para formação dos jovens. O que havia mudado? Não fora a pedagogia, mas o modo pelo qual ela era julgada, porque, na verdade, não se poderia contemporizar liberdade com autoritarismo e repressão.

Com o pedido de demissão do primeiro interventor do SEV, Adolfo Pinheiro Machado, foi nomeada para a função de interventora Terezinha Fram, professora secundária e dirigente do Movimento de Bandeirantismo no Brasil. Sua posse foi acompanhada por dois capitães e dois majores do II Exército. E daí por diante tudo foi desmantelado, sobrando apenas a experiência que cada um viveu. Suas primeiras medidas foram a extinção dos cursos complementares e a descaracterização dos demais cursos.

Literalmente, as unidades foram transformadas em escolas normais (comuns) com a implantação do currículo-padrão. O SEV foi transformado numa Divisão de Ensino e seu prédio passou a abrigar uma repartição burocrática da Secretaria de Educação.

Avaliando-se essa trajetória de nove anos do Ensino Vocacional, incluindo o SEV e todas as unidades escolares, percebe-se que ela correspondeu a uma história de muita luta dos alunos, professores, técnicos e pais de alunos contra as constantes ameaças de intervenção por parte de alguns setores da Secretaria da Educação, frente a mudanças ocasionadas por uma sucessão de nove Secretários da Educação. Seu desmantelamento, entretanto, coube ao II Exército e à Polícia Federal, bem como a pessoas que não tiveram escrúpulos em se aproveitar da situação em benefício próprio, como foi o caso dos interventores. (MASCELLANI apud CHIOZZINI, 2003, p. 11-12).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tanto a História Nova como os Ginásios Vocacionais são frutos do seu tempo. Essas experiências buscaram uma mudança no âmbito político e ideológico de seus idealizadores. A História Nova diretamente ligada ao ISEB/MEC. Os Ginásios Vocacionais fortemente marcados pela pedagogia renovadora e idealizados nos espaços de disputa interna da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ambos imprimiam, em seu tempo e espaço, mudanças que começaram a ser percebidas em algum grau por setores conservadores da sociedade brasileira e a serem interpretadas como incômodo à ordem já sem controle do governo Goulart. De um lado, os movimentos populares exigindo as reformas; de outro, a reação violenta dos setores conservadores frente à mobilização popular. Essa foi a tensão que marcou decididamente as experiências educacionais da década de 1960 dando-lhe uma dimensão mais política e ideológica muito maior do que elas próprias traziam em seu bojo.

A História Nova foi tomada como movimento antirreforma e anticomunista, como bode expiatório na luta contra a “subversão”, expressa em diversos e seguidos editoriais dos principais jornais do Brasil como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*.

Os Ginásios Vocacionais vistos como potencial ameaça, que poderiam se transformar não só numa escola de melhor qualidade, mas passar a ser parte constitutiva de alguma mudança maior na sociedade. Eles conseguiram realizar, efetivamente na prática pedagógica de suas unidades, temas como interdisciplinaridade, estudo do meio, processo de avaliação ao longo dos anos letivos, formação contínua do professor, trabalho em equipe, vínculo entre escola e comunidade, tendo os “Estudos Sociais”, como eixo norteador do planejamento, realizando um estudo da comunidade onde a escola estava situada, visando selecionar temas/questões a serem abordados por todas as disciplinas de maneira integrada.

O que as duas experiências tinham em comum? Ambas nasceram e tiveram apoio de órgãos institucionais. A História Nova ligada ao ISEB/MEC e os Ginásios Vocacionais a Secretaria Estadual de Educação do estado de São Paulo. De algum modo, começaram a atender demandas efetivas da população. Logo, poderiam, ao olhar dos conservadores, a tornarem-se exemplos concretos de efetivação de políticas públicas, trazendo de fato alguma mudança qualitativa para a educação do Brasil. Talvez em outro momento histórico passassem despercebidas. No contexto do golpe foram exemplos de perseguição e desmantelamento de um trabalho sério. Para aqueles que continuam a perseguir e a persistir com as mudanças políticas e sociais necessárias, têm nessas experiências educacionais um porto de alento e de utopia para ver que é possível mudar.

REFERÊNCIAS

- BASBAUM, L. *História sincera da república – de 1961 a 1967*. 3. ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1983.
- CARONE, E. *A república liberal II – evolução política (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CHIOZZINI, D. F. *Ginásios vocacionais: a (des) construção da história de uma experiência educacional transformadora (1961-69)*. Campinas: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, D. G. A. *Ginásio Vocacional “Cândido Portinari” de Batatais: histórias, sujeitos e práticas*. 2007. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, S. G. L. *A experiência da história nova: uma tentativa de revisão crítica do ensino de história no Brasil nos anos 60*. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1990.

SANTOS, P. T. *Educação para o desenvolvimento, cultura para a libertação*. Discurso de Bogotá, agosto de 1963.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SODRÉ, N. W. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.